



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 05 de Março 2025

Av.<sup>a</sup> da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores

# JORNAL DE ANGOLA *On Line*

Quarta-feira, 05 de Março 2025

## Universidade etíope quer cooperar com os angolanos

A New Generation University College (NGUC), uma instituição de ensino superior da Etiópia, quer estabelecer parcerias de cooperação com as universidades angolanas em vários domínios de actividade.

quarta-feira, 05 de março de 2025 O interesse foi manifestado pelo presidente e fundador da NGUC, Matthews Gichile, no decurso de um encontro de trabalho que manteve, ontem, em Adis Abeba, com o embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da União Africana (UA) e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Miguel Bembe.

Matthews Gichile, que aproveitou a ocasião para felicitar o Estadista angolano pela eleição a Presidente da UA, considerou importante haver essa cooperação entre as academias africanas para a formação da nova geração de líderes do continente, com capacidades teórica e prática para responder aos desafios multidimensionais de desenvolvimento sustentável de África em vários sectores. O presidente da New Generation University College identificou, como prioridade, numa primeira fase, as áreas de Diplomacia e Relações Internacionais, Inovação e Línguas, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, programas de educação, intercâmbio de estudantes e docentes, que, a seu ver, facilitarão o acesso da juventude africana ao mundo do emprego. O responsável salientou, também, a necessidade de se identificarem outros sectores de cooperação a nível universitário, como a estruturação de ciclos de formação de joint ventures e organização de eventos, usando o capital social existente. Miguel Bembe agradeceu a visita do académico etíope e reiterou o interesse de facilitar os contactos entre a New Generation University College e as instituições de ensino superior públicas e privadas de Angola, tendo,

desde logo, identificado algumas. O diplomata angolano comprometeu-se, ainda, em criar as condições com vista aos encontros formais, para efeitos de identificação de áreas de interesse comum e iniciar a negociação de instrumentos jurídicos. A Universidade da Nova Geração já coopera com algumas universidades americanas, de países africanos e asiáticos. De acordo com uma nota da Embaixada de Angola na Etiópia, há cidadãos angolanos que já obtiveram graus académicos de licenciatura e mestrado na referida instituição. *J.A)++++*

## **País aponta caminhos para acesso justo a recursos hídricos divididos**

Angola defendeu, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, o fortalecimento da cooperação transfronteiriça em matéria de água, para garantir o acesso equitativo a recursos hídricos compartilhados. A visão do país sobre o assunto foi apresentada pelo representante permanente junto da ONU, o embaixador Francisco da Cruz, durante a intervenção na sessão preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, a ter lugar de 2 a 4 de Dezembro do próximo ano, nos Emirados Árabes Unidos. Na sua comunicação, que incidiu sobre quatro pontos fundamentais relacionados ao potencial para acelerar a conservação e o uso sustentável da água, o diplomata angolano sugeriu, igualmente, o aumento do financiamento concessional e a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para projectos de água, a expansão do envolvimento do sector privado em projectos de infra-estrutura hídrica, assim como o apoio às iniciativas de transferência de tecnologia e capacitação. A ocasião serviu para Francisco da Cruz abordar, por outro lado, a situação na parte Sul de Angola, que tem enfrentado secas severas, sobretudo nas províncias do Cunene, Namibe, Cuando e Cubango, afectando mais de 2,3 milhões de pessoas. A esse respeito, o diplomata angolano observou que a rápida urbanização, a desertificação e as mudanças climáticas sobrecarregam, ainda mais, os recursos hídricos nacionais. Para reverter o quadro, Francisco da Cruz enalteceu a parceria com actores internacionais, que disse terem permitido avançar na gestão e

sustentabilidade da água para as gerações presentes e futuras, através de medidas decisivas, tais como a expansão dos programas de acesso à água nas zonas rurais. A título de exemplo, o diplomata angolano falou das acções em curso no país, para mitigar o problema, com destaque para a implementação do Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA), com capacidade para beneficiar uma população estimada em 3,5 milhões de habitantes e o desenvolvimento de infra-estruturas destinadas ao fornecimento de água às áreas e populações mais afectadas pela seca. Na sequência, Francisco da Cruz apresentou, como resultado dessas acções, o Canal do Cafu, que consiste num sistema de captação e transferência de água do Rio Cunene para várias cidades, através de uma conduta de 160 quilómetros de extensão. Este projecto, disse o diplomata angolano, está a beneficiar 235 mil habitantes e a irrigar cinco mil hectares de campos agrícolas. Para Francisco da Cruz, melhorar o acesso à água promove o crescimento económico, aumenta a segurança alimentar e reduz a carga de doenças, rumo ao desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. Nesta conformidade, reafirmou que Angola continua comprometida com o ODS 6 e alinha as suas estratégias de gestão hídrica com a Agenda 2063 da União Africana e a Década Internacional de Acção “Água para o Desenvolvimento Sustentável” (2018-2028). Acelerar a implementação do Objectivo Sustentável A Conferência das Nações Unidas sobre a Água está a ser organizada pelos Emirados Árabes Unidos e o Senegal, com o objectivo de acelerar a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6: garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos. De acordo com o estipulado pela resolução sobre as modalidades da Conferência, adoptada em Setembro de 2024, a sessão organizacional teve como fim oferecer aos Estados-membros e demais partes interessadas a oportunidade de partilhar percepções e recomendações sobre os temas dos seis diálogos interactivos que nortearão a Conferência de 2026. Esses diálogos têm como foco os desafios globais relacionados à água e o avanço das acções para acelerar a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6). A sessão foi aberta com discursos de

alto nível de Abdulla Ahmed Balalaa, ministro adjunto das Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos para Energia e Sustentabilidade, e Cheikh Tidiane Dieye, ministro de Hidráulica e Saneamento do Senegal. **J.A)++++**

### **Nova Comissão da UA toma posse no dia 13**

A nova presidência da Comissão da União Africana, liderada pelo djiboutiano Mahmoud Ali Youssouf, de 60 anos, vai receber o testemunho da direcção anterior, encabeçada pelo tchadiano Moussa Faki, no dia 13 deste mês, na sede da organização continental. A cerimónia oficial de transferência entre a Comissão cessante e a estreante terá lugar no “Nelson Mandela Hall”, no período da manhã, em Adis Abeba, tal como adianta uma nota da comissão organizadora, a que o Jornal de Angola teve acesso. Mahmoud Ali Youssouf, que bateu na corrida o candidato queniano Raila Odinga, com 33 votos, vai ser co-adjuvado pela argelina Selma Malika Haddadi, de 47 anos, para um mandato de quatro anos, renovável uma vez. Os dois líderes foram eleitos durante a 38ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, que ocorreu de 15 a 16 de Fevereiro. Ambos os candidatos obtiveram a maioria necessária de dois terços dos votos. Com Mahmoud Ali Youssouf e Selma Malika Haddadi vão ser empossados, também, os comissários até agora eleitos. As funções do presidente da União Africana incluem, entre outras, a responsabilidade geral pela administração e finanças da Comissão, promover e popularizar os objectivos da UA e melhorar o seu desempenho, consultar e coordenar com as principais partes interessadas, como Estados-membros, comunidades económicas regionais e parceiros de desenvolvimento, entre outras partes interessadas, assim como nomear e gerir a equipa da Comissão. A Comissão é o braço executivo da União Africana, cujo Presidente em exercício é o Chefe de Estado angolano, João Lourenço. **(J A)++++**

## **João Lourenço a caminho de Luanda proveniente do Egipto**

O Presidente João Lourenço está a caminho de Luanda, após deixar na manhã desta quarta-feira, a cidade do Cairo, Egipto, onde participou na Cimeira Extraordinária da Liga Árabe, na qualidade de Presidente da União Africana. O reunião, que analisou a situação na Palestina, decorreu terça-feira, na capital egípcia. Na Cimeira, o Presidente da União Africana, João Lourenço, discursou na presença de vários líderes mundiais, incluindo, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, o presidente do Conselho Europeu, António Costa, entre outros. (JA)++++

## **Presidente da União Africana teve encontros com Guterres e António Costa**

O Presidente de Angola e da União Africana, João Lourenço, abordou, terça-feira, com o Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, sobre o futuro da Palestina, em audiências separadas. Os encontros ocorreram à margem da Cimeira Extraordinária dos Estados da Liga Árabe, realizada num hotel na Nova Capital Administrativa do Egipto, e serviu para analisar outras questões de interesse bilateral e multilateral. António Guterres disse, na ocasião, que existe uma identidade de pontos de vista total entre a União Africana e as Nações Unidas a respeito do futuro da Palestina, tema principal da Cimeira Extraordinária. Em declarações à imprensa no fim da audiência, António Guterres explicou que a oportunidade propiciou o “prazer de se encontrar com o Presidente João Lourenço, desde que foi eleito presidente da União Africana”, acto que teve a oportunidade de testemunhar.

O líder da Organização das Nações Unidas afirmou que a participação da União Africana e do Presidente de Angola na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Liga Árabe tem uma relevância muito significativa. “Vivemos um momento-chave sobre o futuro da Palestina e há uma iniciativa do mundo árabe muito importante para evitar o que seria uma tragédia em relação à população de Gaza, se

ela fosse obrigada a deixar Gaza ou se a guerra recomeçasse”, disse António Guterres aos jornalistas segundo o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, nesta iniciativa árabe é extremamente relevante a presença da União Africana, representada pelo Presidente João Lourenço, sublinhando que existe uma total convergência de pontos de vista entre a União Africana e as Nações Unidas.

### **Relações com a Comissão da União Europeia**

Para o presidente do Conselho Europeu, António Costa, o encontro com o Presidente da República de Angola e da União Africana, João Lourenço, foi uma excelente oportunidade para um reencontro e discutir sobre assuntos importantes. De acordo com o responsável europeu, além das questões bilaterais, foi possível ver, também, as relações entre a União Europeia e a União Africana. António Costa manifestou a esperança de que, agora, durante este ano de presidência angolana, as relações se possam estreitar ainda mais. Em relação à Cimeira dos Estados da Liga Árabe, António Costa disse que vê como muito positiva a iniciativa de um projecto concreto de reconstrução que respeita os direitos do povo palestiniano e no qual “estaremos muito empenhados, porque é um passo essencial para garantir a solução duradoura para a paz na região, que permita termos dois Estados em que a Palestina e Israel possam viver em paz e amizade  
(J.A)++++

### **Angola e a lista cinzenta do GAFI**

Em Outubro de 2024, Angola voltou a entrar na lista cinzenta do Grupo de

Foram apontadas fragilidades institucionais e falta de conformidade com a consistência das reformas orientadas por esse órgão, criado em 1989, com o objectivo de promover a efectiva implementação de medidas legais, regulatórias e operacionais para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, além de outras ameaças à integridade do sistema financeiro internacional relacionadas a esses crimes. Das fragilidades apontadas, constam também, a supervisão

de empresas e profissões não financeiras (advogados, notários, agentes imobiliários, etc...). Bastante divulgadas e conhecidas nos meios técnicos, as 40 Recomendações do Grupo de Acção Financeira (GAFI) desenham as grandes linhas para o desenvolvimento de sistemas eficazes de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT). As 40 Recomendações originais do GAFI datam de 1990, estando relacionadas, sobretudo, com a necessidade de combater o tráfico de droga. Em 1996, foram revistas de forma a abranger outras formas de criminalidade. Em Outubro de 2001, por altura dos atentados de 11 de Setembro, o mandato do GAFI foi ampliado, passando a incluir também o combate ao terrorismo. Nessa altura, foram criadas Recomendações Especiais sobre financiamento do terrorismo. Em 2003, as Recomendações do GAFI viam a ser objecto de nova revisão. Assim, em Fevereiro de 2012, as antigas 40 Recomendações sobre medidas contra o branqueamento de capitais e as 9 Recomendações Especiais, relativas ao combate ao terrorismo, foram incorporadas em 40 novas recomendações que, além daquelas matérias, passaram também a abranger o combate à utilização do sistema financeiro para a proliferação de armas de destruição em massa. A acrescer a diversas alterações formais, a nova versão das Recomendações, introduz algumas inovações substantivas, que exigem, por parte dos países ou territórios, um esforço de desenvolvimento e adaptação profunda em diversos planos, designadamente, ao nível dos seus sistemas financeiro, regulatório, de prevenção e repressão criminal e de cooperação e assistência internacional. As Recomendações do GAFI são aplicadas por mais de 190 jurisdições, através de uma rede global composta pelos seus membros e pelos organismos regionais a ele associados. Elas constituem a base para que todos os países atinjam o objectivo comum de atacar a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. O GAFI insta que todos os países, efectivamente, implementem essas medidas. Para cumprir integralmente com as Recomendações, é necessário verificar milhares de aspectos constantes da não tão divulgada Metodologia de

Avaliação do Cumprimento Técnico das Recomendações do GAFI e da Efectividade dos Sistemas de ALD/FT (Metodologia de Avaliação).

O GAFI procede, três vezes por ano, à identificação dos países com frágeis medidas de combate ao BC/FT ("jurisdições de elevado risco e não cooperantes"), em dois documentos públicos que divulga na sua página na internet, nomeadamente, FATF's Public Statement (Declaração Pública), e o denominado "Improving Global AML/CFT Compliance: On-going process", (melhoria da conformidade e os processos contínuos). Na eventualidade de um país/território não conseguir fazer progressos suficientes ou atempados, o GAFI pode decidir a deslocação do mesmo para o "FATF's Public Statement" (declaração pública).

O facto de Angola e mais 13 países terem sido colocados na lista cinzenta, devemos encarar, a medida, como um alerta para um controlo mais directo e eficiente na implementação das reformas estratégicas, para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. Países nessa condição, passam a ter um monitoramento aumentado do GAFI e, significa o comprometimento em resolver rapidamente as deficiências estratégicas identificadas dentro dos prazos acordados. Segundo o ministério das Finanças, das 87 recomendações, Angola conseguiu cumprir um total de 70, ficando por resolver 17. Foi com algum entusiasmo, que nesta quarta feira, 26 de Fevereiro, ouvimos o Governador do BNA, reafirmar os esforços que estão a ser engajados para o cumprimento atempado e efectivo do Plano de Acção recomendado pelo Grupo de Acção Financeira, GAFI.

Salientar que, Angola registou já alguns progressos, com destaque para a aprovação da Lei nº 5/20, de 27 de Janeiro (de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa), a Lei 19/17 de 25 de Agosto (de prevenção e combate ao terrorismo), e a Lei nº13/15 de 19 de Junho (da cooperação judiciária internacional em matéria penal)".

O GAFI e os órgãos regionais estilo GAFI (FSRB), comprometem-se em continuar a trabalhar com os países visados para que alcancem

progresso no tratamento das deficiências estratégicas apresentadas. Para tal, recomenda concluir os seus planos de acção dentro dos prazos acordados.

Apesar desta nota negativa, nada está perdido. Devemos continuar a trabalhar, tanto para a melhoria das Recomendações em que o país já mereceu nota positiva, para a sua manutenção, e naqueles indicadores que precisam ser melhorados, tais como, o acesso às informações de beneficiários finais das operações financeiras ao estrangeiro, aumentar as investigações de processos relacionados a lavagem de dinheiro, aumentar a capacidade investigativa de casos de financiamento ao terrorismo, reforço e capacitação de algumas instituições como o SIC, PGR, BNA, ARSEG, incluindo também, Casas de câmbio, ONG, Igrejas, instituições que exercem actividades com origens duvidosas de recursos financeiros.

Angola deve trabalhar para que, à semelhança do Senegal, saia da lista cinzenta na próxima avaliação do GAFI, para que possa continuar a atrair investidores estrangeiros e financiamentos externos.

As 40 Recomendações do GAFI

**POLÍTICAS E COORDENAÇÃO EM MATÉRIA DE ABC/CFT:** 1- Avaliação dos riscos e utilização de uma abordagem baseada no risco, 2- Cooperação e coordenação nacionais; **BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E PERDA:** 3- Infracção de branqueamento de capitais, 4 - Perda e medidas provisórias; **FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO:** 5- Infracção de financiamento do terrorismo, 6- Sanções financeiras específicas relacionadas com o terrorismo e com o financiamento do terrorismo, 7- Sanções financeiras específicas relacionadas com a proliferação, 8- Organizações sem fins lucrativos; **MEDIDAS PREVENTIVAS:** 9- Normas sobre segredo profissional das instituições financeiras; Dever de diligência relativo à clientela e conservação de documentos: 10- Dever de diligência relativo à clientela, 11- Conservação de documentos; Medidas suplementar para clientes e actividades específicos: 12- Pessoas politicamente expostas, 13- Bancos correspondentes, 14-Serviços de transferência de fundos ou de valores, 15- Novas tecnologias, 16- Transferências elec-

trónicas; Recurso a terceiros, controlos e grupos financeiros: 17- Recurso a terceiros, 18-Controlos internos e sucursais e filiais no estrangeiro, 19- Países que comportam um risco mais elevado; Comunicação de operações suspeitas: 20- Comunicação de operações suspeitas, 21- Alerta ao cliente e confidencialidade; Actividades e profissões não financeiras designadas: 22- Actividades e profissões não financeiras designadas: Dever de diligência relativo à clientela, 23- Actividades e profissões não financeiras designadas: Outras medidas; TRANSPARÊNCIA E BENEFICIÁRIOS EFETIVOS DE PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA: 24- Transparência e beneficiários efectivos de pessoas colectivas, 25-Transparência e beneficiários efectivos de entidades sem personalidade jurídica; PODERES E RESPONSABILIDADES DAS AUTORIDADES COMPETENTES E OUTRAS MEDIDAS INSTITUCIONAIS: Regulação e supervisão: 26- Regulação e supervisão das instituições financeiras, 27- Poderes das autoridades de supervisão, 28- Regulação e supervisão das actividades e profissões não financeiras designadas; Autoridades operacionais e autoridades de aplicação da lei: 29- Unidades de informação financeira, 30- Responsabilidades das autoridades de aplicação da lei e das autoridades de investigação, 31- Poderes das autoridades de aplicação da lei e das autoridades de investigação, 32- Transportadores de fundos; Obrigações gerais: 33-Estatísticas, 34-Orientações e retorno da informação; Sanções: 35-Sanções; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: 36- Instrumentos internacionais, 37- Auxílio judiciário mútuo, 38- Auxílio judiciário mútuo: congelamento e perda, 39-Extradição, 40- Outras formas de cooperação internacional. (J.A)++++

## **Turistas destacam vantagens com o Corredor do Lobito**

O Corredor do Lobito vai permitir gerar riqueza para Angola, o que trará também melhorias em todos sectores da vida económica e social das populações. Esta visão é de turistas estrangeiros que estiveram na cidade portuária durante o fim-de-semana prolongado, onde assistiram ao Carnaval/2025. Segundo os nossos entrevistados,

áreas como Educação, Saúde, Desporto, Turismo, Comércio e da Empregabilidade vão ser afectadas positivamente com a operacionalização dos serviços do Corredor. Os turistas destacam ainda entre as vantagens do Corredor do Lobito para o desenvolvimento da economia do país o facto da infra-estrutura interligar o Porto do Lobito à fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) e a Zâmbia zonas ricas em recursos minerais.

José João Paisana Granjo, turista de nacionalidade portuguesa, mas nascido na província de Benguela, realçou a importância do Corredor do Lobito para a economia do país como sendo um percurso logístico útil que vai tornar mais importante a indústria e a economia de Angola. Esperemos que o Corredor do Lobito traga felicidade para o povo angolano, principalmente os do município do Lobito, na província de Benguela, que me viu nascer há 61 anos”, destacou.

Apontou que o Corredor do Lobito, tendo em conta o seu papel estratégico para o desenvolvimento económico regional, aliado ao turismo, pode gerar receitas para o país. Por exemplo, citou, nesta época de carnaval, os turistas dos países da África Austral viriam ver o famoso carnaval lobitanga e as unidades hoteleiras podem ganhar com isso. Nesta óptica, José João Paisana Granjo defende a necessidade de se apostar no sector do turismo face às vantagens que o Corredor do Lobito poderá proporcionar. “Já ouvi falar do Corredor do Lobito, porque o meu pai trabalhou nas Centrais Eléctricas e o Corredor do Lobito é muito conhecido em todo mundo”, contou.

Por sua vez, José Simões, outro turista português, considera que o Corredor do Lobito vai dar bons frutos e que os trabalhos à volta da sua plena operacionalização estão a ser desenvolvidos para o bem da economia angolana. A infra-estrutura do Corredor do Lobito, na opinião de José Simões, vai trazer riqueza a Angola que pode melhorar os sectores económicos e sociais do país. “Estamos a falar da Educação, Saúde, Desporto, Turismo, Comércio, surgimento de novos empregos, entre outros que, normalmente, os recursos financeiros conseguem fazer. Essas são algumas das vantagens que o Corredor do Lobito traz para o país”, destacou. José Simões avançou ainda que, através do Corredor do Lobito, pode-se obter grandes mais-valias

para o país que caminha para um futuro risonho. “Quanto ao resto, só o tempo vai ditar. Mas, tenho esperança que com as potencialidades do Corredor do Lobito, vai-se atrair investidores e ter um bom desenvolvimento económico para o bem-estar do povo angolano”, augurou.  
[\(J.A\)++++](#)